

«Justo valor» e crise nos mercados

Por António Lopes de Sá

O «justo valor», imposto pelas normas internacionais de Contabilidade está a ser visto como responsável pela grave crise financeira com epicentro nos Estados Unidos. Para o autor, ciência é realidade, predomínio do racional e não o que se entende como certo apenas por estar ligado a interesse especulativo de grupos.



António Lopes de Sá
Doutor em Ciências Contábeis
pela Faculdade de Ciências Económicas da U. Brasil

A adopção do denominado «justo valor», imposto pelas ditas normas internacionais de Contabilidade, está a ser vista como a responsável pela grave crise que ocorre nos Estados Unidos, com reflexos em todo o mundo.

Os problemas económicos estão associados à referida «mensuração contabilística», segundo a renomada revista «The Economist» de Setembro último, em texto que associa a crise

à informação prestada pela contabilidade (*The crisis and fair-value accounting*).

Segundo a famosa publicação até o candidato republicano à presidência dos Estados Unidos admitiu publicamente que a adoção do «justo valor» é responsável pela grave ocorrência.

Faz coro com o possível presidente um pesado número de críticas dessa «marcação a mercado» como vem sendo vulgarmente dito e que, de forma infeliz, se denominou «justo valor» (uma justiça cuja validade está em dúvida).

De entre as aludidas críticas, de grande expressão, já referida por mim em artigos precedentes, está a da Goldman Sachs, uma das maiores casas de análise de mercado de capitais do mundo, no artigo que fez editar sob o sarcástico título de «Alice no país das maravilhas contabilísticas», no qual desaconselhava investimentos baseados em balanços inspirados nas normas internacionais do IASB.

Afirmou a revista «The Economist» que as acusações da Goldman comprovaram-se verdadeiras e que não era uma hipótese mas, sim, uma realidade que na actualidade se mostrava verdadeira (o texto original é de natureza hialina: *Today it is abundantly clear that those revelations were not a figment of accountants*).

Assim, por exemplo, o sucedido com a Lehman Brothers e American International Group (AIG) demonstrou em números todo o desacerço da medida normalizada; também no Brasil os factos já estão a suceder, embora a imprensa especializada não tenha dado o relevo devido.





As notícias de que a implantação das ditas normas internacionais estimulariam investimentos está agora em questão e levantam interrogações, porque entram em conflito com a realidade.

A questão entre os processos tradicionais e o que se está dizendo ser “inovação” entra em profundo contraditório, comprovando que em vez de solução está a criar-se um problema.

Em diversos artigos e entrevistas fiz advertências de natureza cultural sobre a debilidade e incompetência com que o assunto foi focado.

Naturalmente as referidas não foram do agrado dos que formaram suas consciências ao sabor dos interesses dos grupos de normalização contabilística, mas representaram e representam a minha opinião.

O gravíssimo erro das ditas normas, dos que as elaboram, está em entendê-las absolutas quanto a determinados princípios básicos, estes que conseguiram impor a força de uma milionária influência política e de alguns responsáveis pela difusão cultural contabilística.

(...) A Goldman Sachs, uma das maiores casas de análise de mercado de capitais do mundo, no artigo que fez editar sob o sarcástico título de «Alice no país das maravilhas contabilísticas», desaconselhava investimentos baseados em balanços inspirados nas normas internacionais do IASB.

Os graves erros derivados do distanciamento das doutrinas científicas já mostram as suas vultuosas consequências na prática. E esta diz mais que muitas palavras.

Os ajustes sem apoio na ciência da Contabilidade, sem respaldo na Teoria do Valor (esta que possui ampla bagagem de há muito, segundo os subsídios de intelectuais famosos da nossa disciplina), são responsáveis pelo predomínio do «subjectivo» (empírico) sobre o «objectivo» (científico).

Tal falha no domínio da lógica e da cultura tem gerado e irá ainda mais produzir efeitos negativos no mercado e sobre o povo (como ocorreu no caso da reversão das perdas de mais de 40 bilhões do Banco Central do Brasil para um lucro de mais de 3 bilhões, à custa do endividamento público, segundo noticiou a imprensa).

A questão não está em ser a favor ou contra o denominado «justo valor» mas, sim, em ser ético profissionalmente, reconhecendo que o mesmo só poderá defluir da aplicação de doutrinas inspiradas na ciência e não em normas de “conveniência” dos que impõem tal critério de mensuração.

Ciência é realidade, predomínio do racional e não o que se entende como certo apenas por estar ligado a interesse especulativo de grupos.

Ademais, o que se está apresentando como justificação para a «convergência» está, pelo que se infere do texto da «The Economist», a provocar a maior das «divergências» em matérias de expressão de valores. ■

(Texto recebido pela CTOC em Setembro de 2008)